



O trabalho associado e a produção de saberes: um diálogo com a Associação do Trabalhador Urbano de Recicláveis Orgânicos e Inorgânicos – ATUROI

The associative work and the production of knowledge: a Dialogue with the Association of Urban Workers of Organic and Inorganic Recyclable Products – ATUROI

Vera Regina Schmitz
verasc@unisinos.br

Resumo: O artigo focaliza os saberes produzidos no trabalho, numa perspectiva associativa. Traz uma abordagem sobre a importância do trabalho e a perda de sua centralidade, assim como sobre a crise ou o término do trabalho assalariado. Apresenta a economia solidária como proposta de inserção social e como espaço de manutenção e constituição de saberes diferenciados. Traz a idéia de um associado protagonista, um sujeito inacabado, que se desenvolve nas práticas diferenciadas de trabalho e de relacionamento, produzindo novos saberes.

Palavras-chave: saberes, trabalho, economia solidária, protagonismo.

Abstract: The article focuses on the knowledge produced at the associated workplace. It problematizes the centrality of work and the crisis of the wage labour. It presents the solidary economy as a proposal for social inclusion and as a place for manutence and emergence of unique knowledge. It brings the idea of an associated worker as an unfinished subject that develops him or herself within singular work practices and social relations and, therefore, creating new knowledge.

Key words: knowledge, work, solidary economy and importance of workers.

Introdução

Este artigo apresenta uma reflexão sobre os saberes do e no trabalho originado da economia solidária e, mais especificamente, os saberes produzidos na Associação do Trabalhador Urbano de Recicláveis Orgânicos e Inorgânicos – ATUROI, um grupo formado, atualmente, por 11 associados, que buscam a geração de trabalho e renda sob a forma coletiva.

Pretende-se fazer uma abordagem sobre o trabalho, sob a ótica da sua centralidade e importância, para se chegar à crise ou término do trabalho assalariado, que cria a necessidade de se pensar alternativas. Traz também um pequeno excerto sobre economia solidária, como uma das alternativas ao excluído do trabalho formal. Mostram-se, por meio de uma experiência concreta, o protagonismo e o desenvolvimento de saberes

que são produzidos para uma melhor condição de vida.

Da crise do trabalho assalariado à economia solidária: os saberes do trabalhador e seu contexto

Toda a formação cultural, social e econômica do homem está calçada no parâmetro trabalho, não só como meio de vida, mas também

como afirmação do lugar que cada indivíduo ocupa na sociedade. Este é tido pela humanidade como importante fonte de referência e de realização, como elemento transformador e de centralidade na vida das pessoas. Para Albornoz, o trabalho do homem é o esforço e também o seu resultado.

O trabalho do homem aparece cada vez mais nítido quanto mais clara for a intenção e a direção do seu esforço. Trabalho neste sentido possui o significado ativo de um esforço afirmado e desejado, para a realização de objetivos; onde até mesmo o objetivo realizado, a obra, passa a ser chamado trabalho (2004, p. 11-12).

Porém, ao longo dos anos, o trabalho foi perdendo seu caráter essencialmente humano para se reduzir a um instrumento de sobrevivência humana, adquirindo, portanto, uma função muito mais econômica do que social, sendo usual considerarmos como trabalho apenas aquele que é remunerado, abandonando a centralidade enquanto valor de uso e de resposta às necessidades vitais do ser humano. Sob o capitalismo, o trabalho perde a dimensão criadora da vida humana.

Segundo Antunes, as mudanças em curso “são expressões da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação” (2005, p. 50). Características como “desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase de reestruturação produtiva do capital” (Antunes, 2005, p. 34).

Os impactos produzidos pelos elementos apontados acima são irreversíveis para a sociedade, trazendo consequências econômicas, políticas e sociais. Há uma busca constante de produtividade e de compe-

titividade em relação ao desenvolvimento socioeconômico. Criam-se novos espaços, novas formas de desigualdade social que resultam na exclusão social, e o lugar onde mais se identifica esta exclusão é o “lugar” do trabalho.

O desemprego é um problema sociopolítico fundamental no fim do século XX. As políticas neoliberais têm como fulcro a desestabilização dos trabalhadores estáveis e a instalação do trabalho precário e, mais perversamente, a ampliação do número de desempregados, desnecessários à produção (Frigotto, 2002, p. 22).

Estas indicações nos levam a perceber que o mundo do trabalho está sofrendo mudanças estruturais. Quem são os trabalhadores? Ainda existe classe trabalhadora? Antunes chama de classe-que-vive-do-trabalho, enfatizando a forma de ser da atual classe trabalhadora. Nesta categorização, engloba tanto o proletariado industrial, como o conjunto de assalariados que vende sua força de trabalho.

Para Senett (2006, p. 62-68), surgem três grandes *déficits* sociais em função da cultura do novo capitalismo, em relação à empresa e aos trabalhadores: a lealdade, pois as empresas necessitam do envolvimento e comprometimento de seus funcionários, até em função de sobrevivência aos próprios negócios; a confiança, formal e informal; a debilidade do conhecimento institucional, não adquirida pelo trabalhador, em função das variantes da relação de trabalho.

Por sua vez, o mercado formal exige do trabalhador diferentes competências: ser criativo, empreendedor, inovador, imaginativo, flexível, etc., o que tem como resultado uma desqualificação de grandes grupos e qualificação de pequenos estratos de trabalhadores. Neste contexto, há a busca constante dos dotes organizativos, da capacidade de coopera-

ção e de qualificação, de excelência acadêmica, virtualidades advindas da inteligência, encontradas nestes pequenos estratos de pessoas.

Estas qualidades por ora exigidas repercutem na realização do trabalho, introduzindo no dia-a-dia do trabalhador possibilidades de modificações das tarefas realizadas, competências estas que possibilitam o desenvolvimento de uma tecnologia própria do trabalhador, um saber originado da inteligência investida no trabalho. Em proporções diferenciadas, é possível perceber ganhos em uma tecnologia criada em estratos da sociedade que não possuem o conhecimento formal, que estão fora do que se pode entender como “excelência acadêmica”, mas se valem das virtualidades advindas da inteligência para criar competências precisas e necessárias para a realização da atividade do trabalho.

O trabalhador não é um mero executante determinado pelo seu lugar nas relações sociais e pelos dispositivos técnicos, mas também um homem, sujeito vivente, com todo o horizonte de universalidade que isto implica (Santos, 2000, p. 125).

Além de transformar o produto em mercadoria, o próprio trabalhador se transforma no processo, pois o trabalho sempre permite uma iniciativa própria, e é neste aspecto que o trabalhador se identifica. Uma organização, enquanto espaço de trabalho e de vida, “[...] é também terreno de criação de sentido para os trabalhadores, espaço onde se constroem suas identidades, [...]” (Santos, 2000, p. 128).

Estas mudanças no horizonte do trabalho e, ao mesmo tempo, as possibilidades de criação que este oportuniza permitem que possa ser olhado e também acontecer de diferentes formas, pois todas estas mudanças fazem com que o trabalhador busque cada vez mais outras alternativas para desenvolver suas aptidões enquanto trabalho e como reação ao desempre-

go estrutural e à exclusão. E uma destas alternativas é a produção coletiva de geração de trabalho e renda, que se expande em núcleos e redes de economia solidária, desenvolvidas em diferentes partes do mundo, oportunizando um espaço para o trabalho emancipado e a prática de vivências solidárias. São “oportunidades” que o modelo atual traz que possibilita a participação das minorias excluídas do processo formal e que busca a consolidação de um modelo integrador, inclusivo, que transcenda o autoritário e totalitário existente. Para Arruda, “[...] é possível conceber o trabalho emancipado no centro de uma sociedade que conquistou o poder e o saber necessários para gerir o seu próprio desenvolvimento e construir, como sujeito pleno, sua própria história” (Arruda, 2003, p. 267).

Segundo Mello, a economia solidária é:

[...] uma forma da economia que se desenvolve através de empreendimentos autogestionados, uma forma coletiva e participativa em que os próprios trabalhadores são produtores, proporcionando uma distribuição mais justa da renda e estimulando relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente (Mello, 2005, p. 151-152).

Os empreendimentos econômicos solidários constituem-se sob forma de associações, cooperativas, empresas de autogestão e combinam atividades econômicas e sociais, tais como ações educativas e culturais, desenvolvem atividades nos setores da produção, comercialização, prestação de serviços, reciclagem, crédito, entre outros. No Brasil, surgem a partir dos anos 80, originadas de experiências ocorridas nos meios populares rurais e urbanos; porém, é nos anos 90 que se generaliza e adquire maior espaço e reconhecimento.

A economia solidária tem característica local. São empreendimentos imersos às comunidades a que pertencem, pois trabalham com recursos locais disponíveis e com vínculos mais próximos. Fundamenta-se em princípios e valores de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (Gaiger, 2004). Traz, como alguns aspectos positivos, a geração de novos processos de inserção social e de desenvolvimento local e importante dinâmica de expansão e articulação entre as experiências. A participação no grupo gera espaços de cidadania para seus membros, inclusão de mulheres no mercado de trabalho, de idosos, portadores de necessidades especiais, etc.

A economia solidária é também um espaço do saber, individual ou coletivo, formal e, principalmente, informal. É um espaço de dinamização de saberes e possível construção de um novo, próprio e caracterizado pela forma de vivenciar e entender a ação coletiva. Neste sentido, entende-se que muitos saberes, originados da experiência, ou seja, o saber tácito, podem complementar, problematizar e mesmo criar novos conceitos úteis para grupos sociais.

Por “saber” entendem-se processos e produtos:

[...] o ato de aprender, situações, processos, lugares e pessoas que podem especificar este ato; o fato de saber; os saberes como produtos duma aprendizagem ou como objetos culturais, institucionais, sociais (Charlot, 1991, in Santos, 2000, p. 127).

Percebe-se, então, que a experiência também forma o sujeito. Na economia solidária, o processo formativo acontece no dia-a-dia dos empreendimentos, com outras relações e com outros processos que educam homens e mulheres no cotidiano de suas vidas. Não é um produto acabado, pois está sempre incorporando

novos conteúdos, tanto no processo da produção como no do produto. Neste sentido, percebe-se o homem como inacabado, um aprendiz que, quando incentivado por diferentes mecanismos, também pode tornar-se um eterno aprendiz, um curioso capaz de superar diferentes desafios.

Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente. A invenção da existência a partir dos materiais que a vida oferecia levou homens e mulheres a promover o suporte em que os outros animais continuam, em mundo. Seu mundo, mundo dos homens e das mulheres (Freire, 1996, p. 55-6).

Homens e mulheres envolvidos nos projetos e empreendimentos da economia solidária, na sua maioria, vivem uma realidade que demonstra carência de alguns conhecimentos que deveriam ser solidificados pela escola formal, mas que, devido à necessidade de uma inserção prematura nos espaços econômicos e sociais, são apreendidos e construídos no processo, num movimento de constante aprendizagem. E esta constante aprendizagem de saberes ditos e não ditos, mas que se apresenta nas relações, nos conflitos e nas soluções propostas, também reflete o espaço criativo que este movimento possibilita.

O saber conquistado e instituído na Associação do Trabalhador Urbano de Recicláveis Orgânicos e Inorgânicos – ATUROI

Em função da participação da ATUROI na I Jornada de Estudos sobre Produção e Legitimação de Saberes no/do Trabalho, ocorrida no período de 27 a 29 de março de 2006, na Unisinos, foram realizadas algumas entrevistas com a participação do presiden-

te e da secretária do grupo, para uma discussão sobre a organização, funcionamento, relações internas e externas ao grupo, a fim de se perceber os saberes instituídos e presentes no dia-a-dia da organização. Também se realizaram outros diálogos e visitas, isoladamente ou em função do acompanhamento que o Projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários, da Unisinos, faz a esse grupo, desde março de 2005.

Destacam-se, primeiramente, alguns aspectos históricos do grupo e o seu perfil, para após entrarmos numa conversa sobre os saberes em situação de trabalho associado.

No ano de 2002, alguns catadores individuais, membros de 11 famílias, residentes no Bairro Vicentina, em São Leopoldo/RS, constituíram o Grupo Vitória e o Grupo Horta Comunitária Santa Marta. Nasceram vinculados e sob o incentivo do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), da região metropolitana de Porto Alegre. Os grupos, no seu início, através do MTD, conseguiram ser cadastrados no Programa de Frentes de Trabalho da Secretaria de Trabalho e Assistência Social (STCAS) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio do qual obtiveram recursos mínimos de subsistência temporária enquanto lutavam pela sua organização. Mesmo em alguns períodos em que ficaram sem receber este recurso, os grupos conseguiram se manter. Porém, atualmente, o Grupo da Horta Comunitária já não existe.

O Grupo Vitória, em julho de 2005, foi regularizado legalmente, passando a se denominar ATUROI – Associação do Trabalhador Urbano de Recicláveis Orgânicos e Inorgânicos. Iniciou suas atividades com dez associados. Atualmente são 11 associados, seis mulheres e cinco homens, sendo uma pessoa com idade acima de 50 anos, duas acima de 40 e os demais na faixa de 20 a 30 anos. No grupo, existe

um associado analfabeto, dois com o primeiro grau completo, e os demais com o primeiro grau incompleto.

AATUROI, até abril de 2006, realizava a seleção dos resíduos num pequeno galpão cedido, de 16 metros quadrados, contando com uma balança e uma prensa e realizando o trabalho de coleta de resíduos de forma manual e com auxílio de carrinhos de tração humana ou de bicicletas pelas ruas da cidade ou em alguns pontos pré-combinados (supermercados, lojas, edifícios).

Com a necessidade de entregar o local de trabalho, o grupo iniciou uma mobilização junto ao poder público. Após várias reuniões, alguns encaminhamentos e votação na Câmara de Vereadores, a Secretaria do Meio Ambiente alugou, por tempo determinado, um galpão para o grupo trabalhar. Portanto, a partir do mês de maio, o grupo passou a desenvolver suas atividades em outro espaço de trabalho, ampliando, com isso, suas parcerias, respeito e um envolvimento na coleta seletiva de lixo, política que começou a ser implantada no município de São Leopoldo em 2006, primeiramente tendo como projeto-piloto o bairro Rio Branco.

Para participarem da coleta seletiva, os membros da Associação receberam um treinamento, juntamente com associados de outro grupo legalmente constituído e que também trabalha com reciclagem. Foi realizada, pelo poder público, uma preparação dos recicladores para irem às moradias do bairro e desenvolverem um trabalho de conscientização das pessoas para separar os resíduos. Segundo Cristiane, para trabalhar na coleta é importante:

[...] o campanheirismo uns com os outros, o coleguismo, o companheirismo de um colega com o outro, muita educação para conversar com o pessoal [...] tem que saber conversar com o pessoal lá. Tem que haver ne-

gociação, tem que saber tratar bem as pessoas lá – os guris ganham lanche, roupa [...] o pessoal ajuda bastante lá [...] é uma troca...

Destaca-se que a ATUROI participou ativamente da discussão do modelo de coleta seletiva para São Leopoldo, seja por meio de reuniões ou com participações em conferências. O grupo apresentou ao poder público uma proposta para a coleta seletiva, discutida nos encontros promovidos pelo MTD, ainda quando se denominava Grupo Vitória, mas que não foi acatada. Ressalta-se o protagonismo no processo, que resultou em algumas conquistas e frustrações em relação ao modelo que foi implantado. Atualmente, o grupo recebe o lixo do bairro Rio Branco e do bairro Morro do Espelho e de mais de dez a 11 empresas que vão entrando automaticamente. Estas mudanças fizeram com que os ganhos financeiros do grupo tivessem um aumento substancial.

A Associação relaciona-se com outros grupos e associações, como, por exemplo, com a Associação dos Recicladores de Dois Irmãos; participa do Fórum da Economia Solidária de São Leopoldo e outros fóruns de discussão da economia solidária e reciclagem, inclusive conferências municipais. Tem como parceiros o projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários, da UNISINOS, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD e a Avesol – Associação do Voluntariado e da Solidariedade, que inclusive é parceira financeira da Associação.

As condições gerais (humanas e materiais) em que os associados da Aturoi atuam ainda são bastante precárias. Mesmo assim, os integrantes deste grupo criaram uma identidade coletiva própria e estão conseguindo, gradualmente, uma melhor estruturação e melhores resultados materi-

ais e subjetivos. Neste sentido, o grupo assume seu protagonismo, enquanto sujeitos sócio-históricos e culturais, desenvolvendo qualidades e um conhecimento que emergem de suas práticas e que levam à sua sobrevivência e à prática educativa.

Freire afirma

[...] que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra (Freire, 1996, p. 77-78).

Nas entrevistas realizadas, o grupo relatou alguns saberes que, no seu entendimento, são necessários para trabalhar na Associação, destacando: o conhecimento do coletivo, do trabalho em grupo, do grupo em si; o conhecimento técnico da reciclagem; as relações políticas do coletivo. Esta percepção e entendimento dos saberes, segundo José Alencar, “[...] vem do dia-a-dia, da prática mesmo”, no manuseio dos produtos e das experiências que emergem dos que têm mais larga caminhada; saberes adquiridos nos movimentos sociais, principalmente no MTD e nas atividades com os parceiros.

Fischer destaca como significativa a concepção de que os homens e as mulheres são sujeitos de práxis e, com isto, resgatam “[...] o sentido da valorização dos saberes da experiência, integrando ou talvez ampliando o sentido do saber-fazer e do saber tácito, para uma perspectiva que afirma o protagonismo de homens e mulheres na produção integral de sua existência” (2003, p. 68).

O grupo destacou que são desenvolvidos saberes como cooperar para

o trabalho coletivo, que requer uma maior aprendizagem e mudança cultural. O exercício da aprendizagem do planejamento, da organização e execução de tarefas são práticas presentes nas empresas de caráter formal, conhecimento este adquirido na escola formal, mas que se produz, também, no cotidiano e no enfrentamento dos desafios da economia solidária. Isto revela as potencialidades educativas que estão presentes na realização do trabalho associativo. O próprio grupo aponta que é diferente do que acontece nas “firmas”, já que as decisões e ações são realizadas em conjunto. Destaca-se aqui uma das principais diferenças entre a economia capitalista e a economia solidária, que é o modo como as empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão, e a segunda, a autogestão, considerada uma prática social que caracteriza a natureza democrática da tomada de decisões, do exercício de poder compartilhado, retratando a autonomia de um grupo.

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito (Freire, 1996, p. 77).

Alguns saberes básicos, como somar, dividir, ler, escrever que são usados em atividades de caixa, secretaria, etc. são originados da escola formal. Nos diálogos com os parceiros, clientes, fornecedores, etc., o grupo passou a se expressar mais, a entender mais o processo coletivo e discutir mais, a se planejar e fazer reuniões de avaliação, a se expor mais. “O grupo cresceu no conjunto, e as parcerias ajudaram o grupo a se entender”, conclui José Alencar. Na re-

lação com os compradores, pouco se consegue aprender e fazer parceria, pois o grupo ainda está nas mãos de atravessadores. Relatam que os integrantes que não foram à escola têm mais dificuldades no trabalho e principalmente em participar das reuniões, falar, se envolver.

Para se relacionar com parceiros e compradores, cooperativas, poder público, etc., é importante que se entenda o processo de geração e reciclagem de resíduos. “Na relação com fornecedores é importante tentar entender o ‘mercado’ da reciclagem, as ‘manhas’ como, por exemplo, o peso da balança, que muitas vezes é alterado”, enfatiza Cristiane. Novamente aparece implícita a necessidade de um saber formal, mas complementado por um conhecimento que vem da experiência do trato dos negócios. A necessidade faz com que o sujeito crie mecanismos de sobrevivência, traduzidos nas formas de operacionalização do trabalho; essa operacionalização é criativa, por vezes amadora, porém traz os resultados necessários ao seu andamento. É um saber autêntico e coerente, originado da autonomia que a prática confere ao sujeito.

O grupo, em seu depoimento, relatou que sente falta de conhecimentos, tais como: conhecer mais o material, para poder expor melhor e ganhar mais na venda; alfabetização; escola formal. Indicou, como uma das dificuldades, o desconhecimento na elaboração de projetos. Mesmo assim, muitas destas faltas de conhecimento são superadas através da força de vontade e da insistência, com luta e muita garra, assim como também por meio das parcerias. “O grupo fez muitas parcerias com o Meio Ambiente, com o pessoal da Secretaria de Assistência, Cidadania e Inserção Social - Sacis, com a Unisinos, acho que não foi um nome foi um todo, foi a ajuda de muitas pessoas que ajudaram nós a

crescer até hoje nós chegamos onde nós chegamos pelas parcerias que nós fizemos”, diz Cristiane.

Na avaliação do grupo, enquanto saberes adquiridos de suas experiências como catadores e associados de um empreendimento de geração de trabalho e renda, há algumas aprendizagens que já se sentem preparados para ensinar, como, por exemplo, a organização coletiva; a discussão e decisão em grupo; relação entre os colegas de trabalho, de verdadeira parceria. Ressalta José Alencar que umas das aprendizagens adquiridas “[...] é a de que o resultado do grupo vai além da capacidade individual”. Isto tudo demonstra a potencialidade e autonomia do grupo, enquanto sujeitos e identidades em processo. Para Freire,

[...] o inacabamento de que nos tornamos conscientes nos fazem seres éticos. O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros (1996, p. 66).

Conclusão

A ATUROI, grupo jovem ainda, tanto em idade como em constituição organizacional, já apresenta uma incentivadora caminhada, pois se percebe, por meio dos depoimentos, o respeito existente entre o grupo e o reconhecimento que o grupo vem conquistando junto à comunidade, poder público e parceiros. Percebem-se, também, os conhecimentos adquiridos e vivenciados no dia a dia e que emergem do dinamismo da realidade, tais como: organização, liderança, coletividade, seriedade em desenvolver a atividade do trabalho.

O grupo, lentamente, está percebendo a dimensão ecológica do trabalho que desenvolve e, com isso, firmando uma identidade coletiva e própria, relacionada à atividade da reciclagem. Há um sinal de superação do preconceito da comunidade

com que dialogam, em relação ao catador e ao reciclador, devido à dignidade do que fazem, pois, ao mesmo tempo em que protegem a natureza, adquirem o sustento da família.

Valores como cooperação, entender o coletivo, foram citados e indicados em vários momentos, como saberes imprescindíveis para a ATUROI. O fortalecimento das relações e do espírito grupal dá vigor à Associação. Pode-se dizer que há certa cumplicidade encontrada nas diferenças, nas dificuldades que o grupo vive, principalmente na precariedade da vida que levam.

Nos depoimentos, o grupo relata a necessidade do conhecimento dos materiais e produtos que manuseiam. Este conhecimento, produzido coletivamente, muda a realidade destes sujeitos. De forma ampla, percebe-se que estão construindo saberes diferenciados, através de práticas diferenciadas de trabalho e de relacionamento, saberes que, na sua grande maioria, não são os mesmos que são legitimados pelo sistema hegemônico. Mas, ao mesmo tempo, ressalta-se que estas novas práticas ainda são revestidas de uma fragilidade e até de um certo receio sobre a apropriação destes saberes e dos seus resultados.

Agradecimentos

Para a realização deste artigo, foi importante a disponibilidade da ATUROI, de seu Presidente, José Alencar Ponciano Pereira e de sua Secretária, Cristiane Alves, que fizeram alguns depoimentos, assim como também do conjunto de associados que, com muito interesse, colocaram-se à disposição para as trocas necessárias. Também dos colegas do Projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários, da UNISINOS, que de forma coletiva e parceira, acompanham sistematicamente diversos empreendimentos solidários e, entre estes, a Associação analisada, o que

permite a vivência de ricos e recíprocos momentos de aprendizagens.

Referências

- ALBORNOZ, S. 2004. *O que é trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 104 p. (Coleção Primeiros Passos, 171).
- ANTUNES, R. 2005. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 7ª ed., São Paulo, Boitempo, 261 p.
- ARRUDA, M. 2003. Trabalho emancipado. In: A.D. CATTANI (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz, p. 261-268.
- FISCHER, M.C.B. 2003. Uma outra produção, validação e legitimação de saberes é possível... e necessária. *Trabalho & Educação*, 12(1): 63-72.
- FREIRE, P. 1996. *Pedagogia da autonomia*. 18ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 165 p.
- FRIGOTTO, G. 2002. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: G. FRIGOTTO e M. CIAVATTA (orgs.), *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro, DP&A, p. 11-27.
- GAIGER, L.I. 2004. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 417 p.
- MELLO, S.L. de. 2005. Economia Solidária e democracia. In: R. FÍGARO (org.), *Gestão da comunicação no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo*. São Paulo, Atlas, p. 151-158.
- SANTOS, E.H. 2000. Ciência e cultura: uma outra relação entre saber e trabalho. *Trabalho & Educação*, 7:119-130.
- SENNET, R. 2006. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 189 p.

Submetido em: 04/08/2006

Aceito em: 11/08/2006

Vera Regina Schmitz
Unisinos, RS, Brasil